

**RELAÇÕES INTERNACIONAIS DO BRASIL
NO LIMIAR DA ERA VARGAS:
PROCESSO DECISÓRIO E
QUESTÃO SIDERÚRGICA¹**

Günther Richter Mros

Mestre em Relações Internacionais pela UnB
mros@unb.br

Recebido: 05 mai. 2011

Aceito em: 02 jul. 2011

¹ O presente artigo é extensivamente fundamentado em um dos capítulos de minha dissertação de Mestrado. **Origens do paradigma desenvolvimentista**: as contribuições de Oswaldo Aranha e dos militares. 2011. 115 f. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Relações Internacionais, UnB, Brasília.

RESUMO

Este artigo trata das relações internacionais do Brasil nos primeiros anos Vargas, em especial nos aspectos atinentes ao processo decisório. Defende-se, com base em fontes primárias, que a proposta de construção de uma usina siderúrgica empreendida pelo Estado, bem como a finalidade de tal empreendimento, esteve relacionada à preocupação do governo Vargas com os conflitos sul-americanos.

Palavras-chave: política externa do governo Vargas, siderurgia, conflitos sul-americanos.

ABSTRACT

This article deals with Brazil's international relations in the early years of Vargas administration, particularly in aspects relating to decision-making process. It is argued, based on primary sources, that the proposal to build a steel plant undertaken by the State, and the purpose of such an enterprise, was related to concern with the conflicts in South America.

Keywords: *foreign policy of Vargas administration, steel mil, conflicts in South America.*

1 INTRODUÇÃO

Os anos 1930 para a política externa brasileira, mormente os primeiros anos, relativos aos governos provisório e constitucional do presidente Getúlio Vargas, diferem do decênio anterior da cognominada República Velha na leitura dos novos dirigentes quanto ao interesse nacional (CERVO, 2008). Essa nova realidade se deve a fatores exógenos – no âmbito de crise do liberalismo e retração do comércio – e a fatores endógenos – na medida em que há a centralização do Estado por parte da Aliança Liberal. Um dos aspectos desse período nas relações internacionais do país caracteriza-se pelo fato de o Brasil voltar-se, em assuntos de natureza política, prioritariamente para o continente americano, não se envolvendo em questões europeias até a declaração de guerra ao Eixo.¹

A opção de voltar a política externa do Brasil para as Américas em muito se deveu a algumas condicionantes sistêmicas, dentre as quais se destacam: a) a crise do liberalismo; b) o alcance, no Brasil, apenas incipiente dos acontecimentos políticos na Europa – ao menos até a Segunda Guerra Mundial; c) os conflitos entre vizinhos sul-americanos, com especial atenção ao conflito do Chaco e à questão lindeira de Letícia. Essa percepção é verificável no discurso do presidente Vargas (2010, p. 41) ao tratar da política continental:

Semesquecer estes imperativos de solidariedade internacional, é, entretanto, para o Continente Americano que se voltam de preferência as nossas atenções. Somos parte não pequena da grande família americana, e desta forma, em todos os sentidos, pela origem, evolução, necessidades e objetivos, um mundo inteiramente distinto, em que nos cabe uma parcela de responsabilidade histórica, que não podemos desprezar e impõe o prosseguimento da nossa política tradicional,

¹O Brasil declarou guerra ao Eixo – Alemanha, Itália e Japão – em agosto de 1942. (GARCIA, 1999, p.117).

sintetizada, há mais de cem anos, na expressão – sistema americano – de José Bonifácio, e objetivada na gestão gloriosa do segundo Rio-Branco.

Neste artigo, pretendemos investigar o último dos aspectos mencionados, a saber, o alcance dos conflitos do Chaco e de Letícia, bem como o grau de influência deles na política externa brasileira. Ademais, é nesse contexto que o Exército teve sua participação aumentada no processo decisório do Estado e trabalhou a necessidade de o Brasil ter indústria bélica própria. Os conflitos exigiram maior atenção do governo Vargas, pois, desde os anos 1920, os relatórios militares denunciavam o sucateamento das Forças Armadas. O conflito fratricida com São Paulo, em 1932, deixava evidente que o país necessitava maior atenção com suas Armas.

Conquanto o Brasil não tivesse participação nos acontecimentos atinentes às potências europeias, havia ao menos a noção de que o mundo poderia estar se encaminhando para uma grande guerra. Era esse o conteúdo de uma carta de 1934, enviada por Oswaldo Aranha para o presidente Getúlio Vargas, quando aquele voltava da Itália em viagem para tratar da compra de submarinos: “A era é de grandes perturbações. Não tenhas dúvidas. Prepara-te e ao Brasil para enfrentar esta reviravolta universal”.²

A Revolução de 1930 tem importância neste trabalho, mais sob o ângulo da construção do governo provisório de Getúlio Vargas: o encaminhamento dos nomes civis ao Ministério – conciliador e preocupado com o reconhecimento internacional – e a manutenção de alguns oficiais no alto escalão do Exército. Ou seja, objetiva-se aqui identificar qual foi a classe dirigente responsável pelo processo decisório no Brasil dos primeiros anos Vargas.

² Carta, a bordo do Rex. **CPDOC**, v. XVI/8. GV c 1934.09.07. Microfilmagem: rolo 4, fot. 31 a 35.

2 CHEGADA DE VARGAS AO PODER E NOVOS NOMES DA POLÍTICA NACIONAL

A Revolução de 1930 teve participação de diferentes personagens dos acontecimentos da década de 1920. Conseguiu agregar líderes do movimento tenentista, partícipes da Coluna Prestes, como Juarez Távora; o General Góes Monteiro, até então um legalista; caudilhos borgistas do Sul, como Aranha e Vargas; e libertadores, como Assis Brasil.

A Aliança Liberal representava a candidatura de Getúlio Vargas à Presidência da República nas eleições de 1929. Essas eleições foram fraudadas para que vencesse o candidato do governo Washington Luís, desencadeando-se o movimento armado deflagrado em outubro de 1930. Vargas chegava ao poder em 3 de novembro de 1930, por meio da coalizão apoiada por Rio Grande do Sul, Minas Gerais e Paraíba. Washington Luís fora deposto e enviado ao exílio, e Júlio Prestes fora impedido de assumir o governo. No Itamaraty, era repassada por telegrama para as repartições brasileiras no exterior a última circular da gestão do chanceler Octávio Mangabeira (CASTRO, 2009, p. 306):

Acaba instalar-se Rio de Janeiro, Junta Governo, composta General de Divisão Augusto Tasso Fragoso, Presidente; General de Divisão João de Deus Menna Barreto e Contra Almirante Isaias de Noronha. O ex-presidente Washington Luis entregou o Governo hoje, recebendo todas as considerações devidas ao seu alto cargo. Ministros Estado exonerados. Programma Governo Provisório confraternização imediata família brasileira, manutenção compromissos nacionaes exterior, pacificação espiritos dentro paiz. Movimento realizado sem sangue, máxima ordem, respeito autoridades depostas. Povo acompanhou entre aclamações desenrolar acontecimentos. Cidade apresenta aspecto dias grandes festas nacionaes. Peço dar maior divulgação imprensa este boletim. Ronaldo de Carvalho (responsável pelo expediente MRE).

O golpe de 1930 instituiu o governo provisório, iniciando-se assim a era Vargas. A montagem do governo provisório tinha a preocupação latente com o reconhecimento internacional, especialmente por parte dos Estados Unidos (EUA), que tinham boas relações com o governo deposto. Havia, ainda, preocupação com a reação dos britânicos, que eram os maiores credores da dívida brasileira. Não houve, entretanto, problemas com o reconhecimento do governo Vargas (CERVO; BUENO, 2002, p. 233). Em muito essa facilidade com o reconhecimento internacional ocorreu porque Vargas manteve nomes que inspiravam confiança no sistema responsável pela ordem vigente, como bem observa Sodré (1979, p. 248):

Havia, por outro lado, grande preocupação no sentido de caracterizar bem a Revolução para efeito externo, deixando claro que não se tratava de movimento em que não pudessem confiar as forças externas burguesas [...] A nomeação de Afrânio de Mello Franco para ministro do Exterior e a de José Maria Whitaker para ministro da Fazenda haviam dissipado as últimas dúvidas sobre os objetivos do movimento que, com esses nomes, jamais caminharia para a esquerda e para a demagogia.

Para fins deste trabalho, é importante conhecer alguns dos nomes que deram legitimidade ao governo Vargas na esfera internacional e que mudaram o perfil do Estado brasileiro no âmbito interno. Entre os civis, os nomes mais importantes para as relações internacionais, pós-mudança de governo, são os de José Maria Whitaker e Afrânio de Mello Franco.

Whitaker, advogado de formação, havia prosperado na comercialização de café com mercados externos, no início do século XX, a ponto de tomar posse em 1910 como presidente da Associação Comercial de Santos e conquistar expansão dos negócios para a área financeira. Em 1920, assumiu o cargo máximo no Banco do Brasil a convite do presidente Epitácio Pessoa, onde ficou até 1922. Quando Vargas

assumiu e nomeou-o ministro da Fazenda, Whitaker era sinal de que a linha mestra do novo governo seguiria por caminhos liberais. Isso acalmou os mercados e diminuiu a desconfiança dos credores estrangeiros do Estado brasileiro. Mesmo tendo forte formação liberal, a gestão de Whitaker foi marcada pelas políticas de compra dos excedentes da produção de café para combater a crise de oferta do produto. O ministro tentava amenizar os efeitos negativos da crise com fortes medidas de contenção dos gastos, o que explica em parte sua curta duração no governo – de novembro de 1930 a novembro de 1931 – e sua substituição por Oswaldo Aranha, um dos artífices da Revolução de 1930.

Afrânio de Mello Franco, político mineiro com longa lista de serviços prestados ao Brasil no âmbito da Liga das Nações (SDN), era o homem que daria legitimidade ao governo Vargas no *métier* internacional. Mello Franco havia sido chefe da missão brasileira na SDN durante o governo de Artur Bernardes e tinha experiência no trato diplomático com facilidade em transitar por Genebra, onde fora o responsável por transmitir a saída brasileira da Liga em 1926. Conquanto tenha ficado na pasta das Relações Exteriores apenas até 1934, Mello Franco continuaria tendo importante papel nas relações internacionais do Brasil nas questões do Chaco e de Letícia, tendo sido nesta um dos principais negociadores da paz entre os beligerantes.

No âmbito militar, Vargas procurava manter alguns nomes do governo anterior, mesmo sabendo dos riscos de tomar essa atitude. Não houve ruptura, e três generais, que haviam sido procurados pelo interlocutor do grupo revolucionário, antes mesmo da revolução, assumiram os principais cargos militares do governo Vargas.

Para ministro da Guerra, Vargas indicara o general José Fernandes Leite de Castro, que já havia demonstrado não querer repassar o governo aos civis logo após o levante de outubro. Vargas, no entanto, tinha a característica de trazer para seu círculo mais próximo os descontentes ou potenciais inimigos, cooptando com seu carisma a fidelidade do general Leite de Castro, por meio dessa ação que poderia ter sido

tirada dos ensinamentos de Maquiavel. Para chefe do Estado-Maior do Exército, fora nomeado o general Alfredo Malan d'Angrogne e, para a Casa Militar, o general Francisco Ramos de Andrade. Não há dúvidas, porém, de que o principal nome militar do governo Vargas era de Pedro Aurélio de Góes Monteiro.

Góes Monteiro nasceu em Alagoas, mas teve a parte mais importante de sua carreira militar ligada ao estado do Rio Grande do Sul. Estudara na Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (ESAO), em 1921, e participara da elaboração dos planos de defesa do estado gaúcho contra os libertadores na revolta de 1923. Na Bahia, em 1926, participara da caçada aos membros da Coluna Prestes, não tendo sucesso em sua missão, já que esse grupo havia escapado para a Bolívia. Para Góes Monteiro, “[...] o Exército era o núcleo da maioria dos problemas nacionais e de suas soluções.” (McCANN, 2009, p. 358). Uma das principais preocupações de Góes Monteiro era a possibilidade de o Brasil ser invadido. O Exército deveria estar preparado para uma possível invasão do território empreendida por seu mais provável inimigo, a Argentina. Estar preparado incluía um planejamento que articulasse “[...] a agricultura, a indústria, os transportes e as finanças, além da inteligência, abastecimento e reunião das forças.” (Ibid., p. 359).

O receio de invasão fez que o governo Vargas tratasse os conflitos na América do Sul como potenciais ameaças à soberania brasileira. Os principais motivadores desse receio eram a questão de Letícia, entre Colômbia e Peru, na Amazônia, e o conflito do Chaco entre Paraguai e Bolívia. Ambos os conflitos ocorreram nos anos anteriores ao Estado Novo e à Segunda Guerra Mundial. Foram, então, o maior desafio do governo Vargas em seus primeiros anos. Na questão de Letícia, interessava ao Brasil a manutenção da linha Apopóris–Tabatinga e não foi descartada até mesmo a possibilidade de uso das Forças Armadas para garantir a soberania do país (CERVO; BUENO, 2002, p. 242).

Vargas (2010, p. 43), em menção ao episódio, feita nos discursos, confirmava as preocupações com a preservação das fronteiras brasileiras:

A gravidade do novo incidente consistia, principalmente, na circunstância de haver ocorrido às portas de nossas fronteiras, na região banhada pelos rios Icó e Amazonas, quase à vista da povoação brasileira de Tabatinga. Isto nos obrigou, sobretudo depois que o incidente assumiu caráter de verdadeira luta armada, a tomar as medidas necessárias para guarnecer aquela região, de forma a evitar que o conflito se estendesse também ao nosso território.

Conquanto o país se mantivesse neutro no conflito do Chaco, não queriam os dirigentes brasileiros que as soluções para o impasse entre Bolívia e Paraguai viessem de fora da América do Sul. Tanto Argentina quanto Brasil tinham interesse em que as discussões acerca do assunto ficassem restritas à região. Vargas era favorável a mantê-las no âmbito de uma comissão composta de Argentina, Brasil, Chile e Peru (ABCP).

A questão do Chaco assumira para nós, desde o início, **aspecto genuinamente continental**, e sentíamos, em consciência, a obrigação de tentarmos, uma vez mais, antes que se procurasse solução em outro ambiente, **resolvê-la no quadro exclusivamente americano**, limitado, embora, às nações do A.B.C.P., que, por suas condições geográficas, tinham, como é fácil compreender, interesse primordial em diminuir a contenda. Mau grado [*sic*] não chegarmos, dessa como das outras vezes, ao acordo definitivo de paz por todos desejado, tornaram-se evidentes os resultados conseguidos pela ação do A.B.C.P., afastando muitas dificuldades que mantinham irredutíveis as nações desavindas. (VARGAS, 2010, p. 43, grifo nosso).

Em 23 de março de 1933, Getúlio Vargas decretou a completa neutralidade em conflitos de seus vizinhos de fronteiras e, no mesmo ano, viajou a bordo de um navio de guerra, o São Paulo, ao estuário do Prata para visitar Buenos Aires, em retribuição à visita do general Justo ao Rio de Janeiro. A visita do general Justo teve um significado especial para o governo Vargas. Moniz Bandeira (1993, p. 26) destaca:

Durante a guerra do Chaco (1932-1935), embora se declarasse formalmente neutra, a Argentina, sem dissimular sua atitude, forneceu apoio logístico e até voluntários ao Paraguai, onde possuía volumosos investimentos, sobretudo nas empresas agrícolas e pecuárias [...]

O presidente Justo veio ao Brasil em 1933, acompanhado de Carlos Saavedra Lamas, ministro de Relações Exteriores da Argentina, para assinar diversos tratados e acordos comerciais, mas tinha no Tratado Antibélico de Não Agressão e de Conciliação o principal dos objetivos. Naquela ocasião, em banquete oferecido no Itamaraty, na noite de 7 de outubro, Vargas deixava transparecer em seu discurso a preocupação com os conflitos na região:

Aquiescendo ao nosso convite, inspirado nessa política de confraternização e **feito num momento de tão sérias preocupações internas e internacionais** para os povos civilizados, deu-nos V. Exa. o testemunho de que o governo dos dois países tem exata compreensão do espírito de solidariedade histórica que os une e da responsabilidade que, ao lado das demais nações do Continente, lhes cabe nos destinos da América. [...] Assinalando tão excepcional oportunidade, vamos celebrar atos que reafirmam os nossos pendores pacifistas no convívio internacional. **Embora restringindo as suas obrigações aos dois países que os subscrevem, esses atos não de, necessariamente, repercutir no ambiente americano**, mostrando que é possível orientar e garantir o progresso das nações dentro de um elevado espírito de cooperação, afiançado pelo

mútuo respeito de suas soberanias e interesses.
(VARGAS, 2010, p. 36-37, grifo nosso).

Brasil e Argentina tinham interesses geopolíticos de conquista da condição hegemônica no continente Sul-Americano. A leitura das intenções um do outro estava relacionada às viagens dos presidentes de ambos os países. Para Doratioto (2000, p. 476):

Durante a guerra, houve simpatia brasileira em relação à Bolívia, que não foi traduzida em qualquer tipo de apoio. Ela resultou antes de reação brasileira aos estreitos vínculos, militares e políticos, entre a Argentina e o Paraguai, do que de interesse na vitória boliviana.

A Bolívia buscava o apoio brasileiro em muito porque sabia da capacidade do Brasil de articular-se com Washington. Segundo telegrama reservado vindo da Bolívia, havia receio no governo de La Paz quanto ao envolvimento dos EUA no processo de negociações do conflito, pois, para os dirigentes bolivianos, a proposta norte-americana para o contencioso poderia ser prejudicial à Bolívia. O chanceler daquele país queixava-se, em 1931, à legação brasileira das propostas de Buenos Aires, tendenciosas em favor de Assunção, e afirmava que o “[...] oferecimento dos bons offícios da Argentina ficou limitado ao reatamento das relações com o Paraguay [...]”³

Outra questão bastante recorrente, quando se trata do conflito no Chaco, é sobre a influência do petróleo no episódio. Ainda que a descoberta de poços na região tenha conturbado as já frágeis negociações de paz, parece não se confirmar a percepção de ser o conflito produto de guerra interimperialista entre EUA e Grã-Bretanha, por meio das companhias Standard Oil e Royal Dutch Shell. Meira (2009, p. 22) afirma, em dissertação de Mestrado, que havia entre a

³ Legação do Brasil à Secretaria de Estado das Relações Exteriores. Telegrama reservado. La Paz, 15 set. 1931, **AHI**, lata 301, maço 4442.

“geração do Chaco”, formada por intelectuais bolivianos, a percepção de serem as grandes corporações norte-americanas as responsáveis pelo conflito. Moniz Bandeira (1998, p. 179) destaca que houve indícios de influência das companhias no golpe de Uriburu. Entretanto, fato é que, se houve ou não a influência das grandes companhias petrolíferas, a guerra do Chaco nunca deixou de ser um conflito por território.

Na ocasião da viagem de Vargas ao Prata, passando por Montevidéu, com destino a Buenos Aires, o chanceler Macedo Soares ficou na Argentina para, a pedido do presidente, trabalhar uma solução para o conflito juntamente com Saavedra Lamas e os chanceleres da Bolívia, Tomaz Manuel Elío, e do Paraguai, Luiz Riart. Somente em 1935 esse trabalho daria algum resultado, quando, em 12 de junho, foi assinado o Protocolo sobre Convocação da Conferência da Paz, relativa ao conflito do Chaco.

Em 21 de julho de 1938, o conflito no Chaco foi oficialmente encerrado com a assinatura do Tratado Definitivo de Paz, Amizade e Limites, em Buenos Aires. Por todo o período da guerra do Chaco, no entanto, houve de parte das lideranças brasileiras, e por trás da neutralidade declarada, uma preocupação crescente com o conflito e suas possíveis agravantes.

3 REAÇÕES AOS CONFLITOS E INDÚSTRIA DE BASE

Em 1933, Oswaldo Aranha, ministro da Fazenda, sugeria cortes nas despesas militares do país, ao que retrucava o então ministro da Guerra, general Espírito Santo Cardoso. O general, apoiado por Góes Monteiro, insistiu na necessidade de aumentar as verbas militares ao invés de cortá-las, dada a iminência de conflito na região. Aranha mudou de opinião e escreveu ao presidente Vargas sugerindo que não poderia o Brasil continuar sem armas suficientes para um possível conflito com os vizinhos, bem como havia a

necessidade de instalar uma indústria de base no país (HILTON, 1994, p. 151).

Embora alguns autores tratem a relação entre os militares e a industrialização do Brasil como tese de cunho eminentemente ideológico e social (GOMES, 2007, p. 403), algumas evidências apontam para o pragmatismo do oficialato e do governo Vargas. No ano de 1933, o general Espírito Santo Cardoso organizou uma missão brasileira de estudos para a indústria bélica e entregou a chefia ao general Leite de Castro. A preocupação brasileira com a indústria bélica é, portanto, bastante clara e parece ser desprovida de viés ideológico. Em 1936, o general Waldomiro Castilho de Lima entregou ao Conselho Superior de Guerra um relatório minucioso sobre o Brasil e as possibilidades deste enquanto potência militar na América do Sul. O general Lima receava em seu relatório que houvesse, em caso de guerra, uma união hispano-sul-americana entre Argentina, Uruguai e Paraguai contra o Brasil (BELLINTANI, 2009, p. 410).

A mudança de percepção de Oswaldo Aranha, já embaixador do Brasil em Washington, quanto à necessidade de reforma das Forças Armadas e compra de material bélico, deve-se não só ao fato de estar ele numa função diferente daquela dos tempos em que atuou no Ministério da Fazenda, quando estava mais preocupado com cortes nos gastos. Aranha agora fazia uma

[...] análise pessimista [...] sobre o ambiente externo, [...] a enfatizar as fragilidades do Brasil e a ter o relacionamento com os Estados Unidos como alternativa racional para [...] seu recém-instaurado projeto desenvolvimentista. (LIMA, 2006, p. 37).

O conflito do Chaco e, em menor grau, a questão de Letícia são eventos que impulsionaram as lideranças militares do Brasil a buscar o incremento da indústria bélica no país. O oficialato tinha a noção de que ao Brasil não bastava manter-se como fornecedor de matérias-primas; era necessária uma política de incentivo da industrialização que deveria contar com uma indústria de base bastante forte. Quando o Brasil, à

época da Segunda Guerra Mundial, negociou com os EUA sua indústria siderúrgica, esse acordo já foi resultado de uma ação do governo, amadurecida ao longo dos primeiros anos da década de 1930, quando a América do Sul sofria com conflitos regionais e o Exército brasileiro buscava maior participação no processo decisório do governo.

Em Washington, Aranha trabalhou de maneira reservada a possibilidade de os EUA fornecerem os armamentos que melhorariam um pouco a situação em que se encontravam as Forças Armadas.

O reaparelhamento naval parecia a líderes brasileiros uma necessidade de primeira urgência [...] [...] a guerra do Chaco ameaçava alastrar-se pelo Cone Sul por causa das maquinações da Argentina [...] (HILTON, 1994, p. 228).

O governo brasileiro havia feito proposta de compra de dez cruzadores para a Marinha, a serem pagos de maneira parcelada. Washington aceitara a proposta e parecia acenar positivamente ao possível acordo de cooperação militar com o Brasil. Em carta enviada ao presidente Getúlio Vargas, em 1935, Aranha comentou a situação do Chaco e relatou como estavam os andamentos para o Brasil adquirir armamentos dos norte-americanos.

O assumpto de tua carta há muito constituía preocupação [...] “Parece que a questão do Chaco começa a tornar-se séria para nós”. [...] O Welles, em uma de nossas muitas conversações, pediu-me em nome do Presidente que “avisasse o nosso Governó que os Estados Unidos solicitavam que nada fizéssemos, em relação á [sic] nossa Armada, sem prévia audiência delles, porque o Presidente estava decidido a fazer com que tudo fosse aqui construído em condições melhores e mais baratas”. Adiantou-me que “nossa posição política aconselhava essa conducta, tanto para os Estados Unidos quanto para o Brasil”. [...] Mas tudo terá de ser feito com discreção, com segredo, com seriedade, porque esta gente trata as cousas com

segurança e a menor revelação comprometerá tudo. Isso, como vês, só poderá ser feito com instruções especialíssimas, coordenando-se a acção diplomática e militar por forma tal que ninguém mais possa conhecer algo a respeito.⁴

O eixo estratégico da política externa brasileira, portanto, tinha como objetivo a modernização da economia e das Forças Armadas por meio de “[...] vínculo estrutural com os Estados Unidos” (SILVEIRA, 2005, p. 145). Apesar de Aranha ter tomado todas as precauções, a informação acerca da negociação brasileira com os EUA vazou e o chanceler argentino Carlos Saavedra Lamas passou a agir no sentido de bloqueá-la. O projeto de venda dos cruzadores acabou não sendo concretizado não só em decorrência da campanha de Saavedra Lamas para contê-lo, mas também porque as tensões aumentavam na Europa com a forte possibilidade de uma nova guerra mundial. O subsecretário Summer Welles, para desilusão de Aranha, informou que, por “motivos de defesa nacional”, o acordo de compra dos cruzadores estava cancelado (HILTON, 1994, p. 229).

O projeto de reestruturação das Forças Armadas, no entanto, não seria abandonado. Desde a ascensão de Vargas ao poder, o general Góes Monteiro insistia com o presidente na necessidade de reforma da capacidade do Exército, Vargas sabia que o general tinha razão em seus argumentos.

Não pode haver nação sem Forças Armadas. A História, em todo o seu curso, quer dentro de uma concepção materialista, quer dentro de uma concepção espiritualista ou mistilínea, nos ensina que não subsiste nação alguma sem possuir Forças Armadas adequadas à defesa de sua integridade e ao resguardo de sua soberania. (COUTINHO, 1956, p. 542).

⁴ Oswaldo Aranha a Getúlio Vargas. Carta. Washington, 18 jan. 1935, CPDOC, GV c 1935.01.18.

Vargas, em 1934, decidiu nomear Góes Monteiro seu ministro da Guerra, antes mesmo de consultá-lo. A reação do general foi imediata:

Disse-lhe então que, a despeito das nossas relações pessoais, para um ato como aquele, eu deveria ter sido consultado, e solicitei com certa veemência que não o consumasse. Respondeu-me o Presidente que o decreto da nomeação já se achava em via de publicação no “Diário Oficial” e que ele não o cancelaria. Em seguida apontou-me para a carta que eu lhe havia dirigido, sobre a remodelação do Exército, e que ficara até então sem resposta, acrescentando que procedera daquela maneira a fim de eu realizar o que havia escrito. (COUTINHO, 1956, p. 255).

O general aceitou o cargo, e as discussões atinentes à reestruturação das Forças Armadas continuavam atreladas à questão siderúrgica, uma vez que a usina desejada era a única forma de o país alcançar a indústria de base de que necessitava por questões econômicas e militares.

Até a década de 1930, as questões minerais eram abordadas de maneira circunstancial, e a instalação de uma usina siderúrgica era assunto para investidores e capital estrangeiro. O carvão, por exemplo, que era produzido nos estados do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina, sofria com a concorrência do carvão importado (BASTOS, 1957). O desejo do governo, no entanto, era de iniciar a usina siderúrgica para trabalhar o ferro. Na década de 1920 a

[...] “indústria barômetro”, como é designada a siderurgia ou a “mãe de todas as indústrias”, denominação de Mauá, continuava em passos de Pequeno Polegar. Estudiosos internacionais reconheciam que o país possuía um dos maiores depósitos ferríferos do mundo. Mas sem exato sentido de futuro e, até, um tanto superficialmente diziam que o Brasil não poderia instalar indústria de ferro e aço porque possuía (“little coal”) pouco carvão, (“inferior transportation”) transportes

deficientes e (“distant market”) mercado distante. (BASTOS, 1957, p. 162).

Depois de 1930, no entanto, abriu-se a perspectiva para a produção de ferro e aço. O governo havia tomado uma série de iniciativas de investimento e normatização – o *Código de Minas*, por exemplo, foi decretado em 1934 – e Macedo Soares havia sido enviado aos EUA para tratar de cooperação com a United States Steel Corporation.

Havia divergências entre Oswaldo Aranha e os oficiais do Exército quanto à instalação de indústria de fabricação de armamentos no Brasil. Góes Monteiro defendia a expansão da indústria de armas, e não somente a instalação de usina siderúrgica. Para o general, ao que parece, ambos os projetos andavam juntos. Aranha, no entanto, era irredutível no assunto, como é possível notar em carta dele ao general Góes, encaminhada em cópia ao presidente Getúlio Vargas, datada em 8 de outubro de 1935:

Tenho visto que V. se orienta para a oficialização de certas actividades que dizem com o aproveitamento, transformação e fabrico de matérias primas para fins bellicos. Reconheço que em alguns departamentos isso é necessário, dada a inefficiencia da nossa vida industrial. [...] os governos e as fabricas governamentaes não dão resultados práticos. [...] O governo deve ser um consumidor certo e exigente, com condições de comprar e impor. Fabricar é concorrer e annullar as actividades e as iniciativas privadas, sem vantagens nas horas decisivas. Sou, assim radicalmente contrário á [sic] criação e officialização de novas fabricas para fins militares [...]⁵

Em resposta ao conteúdo da carta de Aranha, o general Pantaleão Pessoa escreveu sobre seu ponto de vista,

⁵ Aranha a Góes Monteiro e Pantaleão Pessoa a Getúlio Vargas. Carta. Washington/Rio de Janeiro, 29 mar. 1935 – 30 out. 1935, **CPDOC**, GV c 1935.10.08/1.

em 30 de outubro do mesmo ano, comentando o pensamento do embaixador:

Não é possível comparação entre a indústria dos EEUU e a do Brasil. Também quanto a recursos empregados para aperfeiçoamento da indústria particular, os EEUU gastam mais do que todo o orçamento de guerra do Brasil. O Dr. Oswaldo tem razão em aconselhar o não alargamento das indústrias militares do Estado. Mas ainda não chegamos no ponto em que ellas não devam ser alargadas. Como não há nada, absolutamente nada, aproveitável para o Exército na indústria civil, no que respeita a armas e munições, temos que dar início e preparar officiaes e operários capazes de fazer uma adaptação e aproveitamento da indústria particular em tempo de guerra. [...] Com o surto industrial que se desenha e que será imposto pela siderurgia, estará o Exército apto para acompanhar [...] [a] mobilização industrial.⁶

4 CONCLUSÃO

Os conteúdos de ambas as cartas comprovam a hipótese de que o pensamento militar agregado ao projeto desenvolvimentista, por razões circunstanciais dos conflitos regionais nas fronteiras do Brasil, adicionou ao processo decisório a estratégia de instalação da usina siderúrgica no país. A segurança passou a ser equação no pensamento dos dirigentes brasileiros em vista da situação enfraquecida em que se encontravam as Forças Armadas.

As experiências brasileiras nos processos de negociação da paz do Chaco e nas tentativas de solução do contencioso ocorrido em Letícia forneceram à diplomacia brasileira, de um lado, e ao oficialato do Exército, de outro, a oportunidade de se buscarem soluções em meio a contexto de crescimento de tensões e desconfianças.

⁶ Id.

A iminência de conflito armado com a Argentina e o estreitamento dos laços na parceria com os EUA nos anos 1930 possibilitaram que os papéis estivessem, à época da Segunda Guerra Mundial, relativamente estabelecidos para a diplomacia brasileira. O Brasil teria chance única de barganhar sua usina siderúrgica, circunstanciada pelos acontecimentos relativos à entrada dos EUA na guerra; nada foi, porém, obra do acaso.

ARQUIVOS CONSULTADOS

1 CPDOC, FGV

2 AHI

REFERÊNCIAS

BANDEIRA, Luís Alberto Moniz. **Estado nacional e política internacional na América Latina**: o continente nas relações Argentina-Brasil – 1930-1992. Brasília: Ed. da UnB, 1993.

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. A guerra do Chaco. **RBPI**, Brasília, ano 41, n. 1, p. 162-197, 1998.

BASTOS, Humberto. **A conquista siderúrgica no Brasil**: crônica e interpretação econômica das empresas e indivíduos nacionais e estrangeiros, que participaram da exploração dos recursos minerais e do desenvolvimento nacional. São Paulo: Martins, 1957.

BELLINTANI, Adriana Iop. **O Exército brasileiro e a missão militar francesa**: instrução, doutrina, organização, modernidade e profissionalismo (1920-1940). 2009. 2 v. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Ciências Humanas, UnB, Brasília.

CERVO, Amado L; BUENO, Clodoaldo. **História da política exterior do Brasil**. Brasília: Ed. da UnB, 2002.

CERVO, Amado L. **Inserção internacional**: formação dos conceitos brasileiros. São Paulo: Saraiva, 2008.

CASTRO, Flávio Mendes de Oliveira. **Dois séculos de história da organização do Itamaraty (1808-2008)**. Brasília: Fund. Alexandre de Gusmão, 2009. v. 1

COUTINHO, Lourival. **O general Góes depõe**. 2. ed. Rio de Janeiro: Coelho Branco, 1956.

DORATIOTO, Francisco Fernando Monteolina. As políticas da Argentina e do Brasil em relação à disputa boliviano-paraguaia pelo Chaco (1926-1938). In: **A visão do outro**: seminário Brasil-Argentina. Brasília: Funag, 2000.

GARCIA, Eugênio Vargas. **Cronologia das relações internacionais do Brasil**. Brasília: Funag; São Paulo: Alfa Ômega, 2000.

GOMES, Ângela Maria de Castro Gomes et al. O Brasil republicano. In: FAUSTO, Boris. (Dir.). **História geral da civilização brasileira**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007. t. 3; v. 10.

HILTON, Stanley. **Oswaldo Aranha**: uma biografia. Rio de Janeiro: Objetiva, 1994.

LIMA, Marcos Felipe Pinheiro. **Do americanismo ao universalismo**: as transformações nas relações internacionais do Brasil, de 1902 a 1964. 2006. 117 f. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Relações Internacionais, UnB, Brasília.

McCANN, Frank D. **Soldados da pátria**: história do exército brasileiro (1889-1937). São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

MEIRA, Rodrigo Santos. **Brasil, Bolívia, hidrocarbonetos e o processo de integração energética na América do Sul**. 2009. 119 f. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Relações Internacionais, UnB, Brasília.

SILVEIRA, Helder Gordim da. A política externa de Vargas nos anos 30: continuidades e rupturas vistas na questão do Chaco. In: AXT, Gunter et al. (Orgs.) **Da vida para a história**: reflexões sobre a era Vargas. Porto Alegre: Procuradoria-Geral de Justiça, Memorial do Ministério Público, 2005.

SODRE, Nelson Werneck. **A história militar do Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

VARGAS, Getúlio. **Discursos selecionados do presidente Getúlio Vargas**. Brasília: Funag, 2010.